

O PROJETO LIBERAL NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA

MARCO ALEXANDRE RIBEIRO

LINHAS DE PARTIDA

Questiona o leitor, com razão e autoridade, o que estará fazendo um historiador, e mais concretamente um historiador medievalista, a escrever sobre o Liberalismo português do século XIX. De facto, são muitos os séculos que apartam a principal área de investigação do autor desta temática que aqui procuramos desenvolver. Porém, será precisamente dos olhos do medievalismo que observaremos o projeto liberal na historiografia portuguesa do século XIX. Mas como? Que projeto era este? Que terá a Idade Média que ver com ele? Quem eram os autores? Que visão tinham para o país? Como transmitiram essa visão nas suas obras historiográficas? Procuremos entender!

Sabemos, por já nos termos debruçado sobre estas temáticas em ocasiões passadas que a tempo certo retomaremos, que os historiadores portugueses que marcaram o estudo desta área das ciências sociais e humanas ao longo de todo o século XIX se preocuparam e envolveram (muitos deles ativamente) com os rumos políticos, sociais e económicos que levava o *seu* Portugal. Entre eles, destacaremos apenas alguns dos nomes, por motivos apenas de limitação temporal e espacial requerido a um estudo desta envergadura: Alexandre Herculano, Antero de Quental, Oliveira Martins, Jaime Cortesão e, este já mais cronologicamente afastado, mas igualmente significativo, Joel Serrão.

Encontrar as respostas a todas as questões de que parte este nosso estudo implica, contudo, não apenas uma análise à obra dos autores selecionados, mas também (e provavelmente mais importante) às suas vidas, os seus contextos, os seus percursos, dentro de Portugal, mas também pelo resto da Europa. Não sendo uma corrente filosófica portuguesa (considerando que alguma corrente filosófica poderá ter nacionalidade; não é o assunto de momento), o Liberalismo nasce além-fronteiras para deixar a sua marca por todo o mundo, Portugal incluído, numa vaga de revoluções que libertaram as mais diversas nações do jugo imperialista dos seus colonizadores ou dos poderes absolutos dos reis. Orientadas por um conjunto marcado de valores, o Liberalismo destruiu o velho mundo e os seus poderes, para dar lugar à ascensão de novos agentes



de poder e novas correntes ideológicas, baseadas nos princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Não se estranhará, por isso, que aqui nos ocupemos também dos *liberalismos* portugueses, os avanços e os recuos da Revolução de 1820, cujos 200 anos agora comemoramos coletivamente, a construção de uma ideia de “nação” e os seus propósitos, a “invasão” dos ideais revolucionários na elite intelectual portuguesa e as claras limitações de alcance destes ideais junto de uma base popular alargada. Tudo isto para compreendermos o tal projeto liberal na historiografia portuguesa, para respondermos às questões que propusemos.

LIBERALISMO: EUROPA, A “NAÇÃO” E PORTUGAL

Quando as forças revolucionárias francesas tomam a 14 de julho de 1789 a Bastilha, importante símbolo da repressão do regime absolutista, dão início a uma onda imprevisível e incontrollável de Revoluções por todo o continente europeu e, por sua vez, também por toda a América, já que todo este território era ainda posse colonial das potências europeias. A Revolução Francesa faz cair no centro da Europa o maior bastião do absolutismo régio, fazendo os restantes povos do mundo sonhar com a sua “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Este foi um modelo indubitavelmente revolucionário, já que modificou estruturalmente o modo de organização política, social e económica da França, partindo de uma base essencialmente popular. Contudo, como a história nos mostrou, esta Revolução não foi capaz de responder a todos os anseios revolucionários, nomeadamente no que disse respeito às necessidades das camadas populares, libertas da chibata régia para logo serem amordaçadas pela burguesia que emergia.

Entre os primeiros anos da Revolução, a França conheceu momentos de maior e menor tensão política e social derivada dos rumos que as distintas fações pretendiam para o país, na sombra também da sempre expectável reação, na figura do rei Luís XVI, que ainda mantinha o seu poder, agora limitado constitucionalmente¹. O certo é que a *Constituição Francesa de 1791* e a incorporação da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (e atente-se na distinção entre os dois sujeitos!) fez progredir o reino francês para um regime assente em alguns dos princípios basilares do Liberalismo: a divisão tripartida dos poderes, a abolição

¹ Os contornos da Revolução francesa são um âmbito de estudo largamente estudado e demasiado complexo para uma explanação verdadeiramente correta num trabalho da dimensão do presente, pelo que remetemos o leitor para algumas obras de referência, que em muito nos auxiliaram na nossa análise: Vovelle, Michel (2020), *A Revolução Francesa 1789-1799 (nova edição)*, Coimbra: Edições 70; Tulard, J., et al (1989), *História da Revolução Francesa*, 2 vols., Lisboa: Edição Círculo de Leitores.



dos direitos feudais, o reconhecimento da igualdade dos homens (o género aqui importa) perante a lei e a tolerância religiosa, apenas para frisar alguns².

As vicissitudes do processo revolucionário levaram, mais tarde (1792), à queda da monarquia francesa e conseqüente proclamação da República e, no ano seguinte, à execução de Luís XVI em praça pública. Esta execução é aqui referida e desta forma apresentada precisamente por se considerar que tal “espetáculo” terá, sem qualquer sombra de dúvida, abalado as consciências europeias da época e feito tremer os regimes monárquicos que ainda sobreviviam ao redor da França revolucionária e contra a qual se vão lançar diversas vezes (antes e após a morte do rei)³. Os “terrores” revolucionários que se seguiram não se compreendem esquecendo a constante ameaça contrarrevolucionária dentro e fora das fronteiras francesas e contribuirão muito para o desenvolvimento de novas linhas ideológicas baseadas na concepção da Revolução como forma de progresso social e político. A elas chegaremos!

Guilhotinada a cabeça do rei francês, os valores que a Revolução ergueu varrem todo o continente europeu, chegando também às Américas, onde o modelo revolucionário norte-americano (de 1776) serviu como importante base metodológica para o fim do domínio colonial dos países europeus, nomeadamente a Grã-Bretanha, a França, a Espanha e Portugal⁴.

Estas revoluções, se partidas inicialmente do descontentamento generalizado das bases populares da sociedade (ou pelo menos do aproveitamento deste descontentamento), cedo se vão desmascarar e mostrar que para os esquecidos na história faltaria ainda muito tempo para se erguerem desse esquecimento. Os ímpetus revolucionários foram precocemente controlados pela burguesia, endinheirada mas política e socialmente marginalizada da elite do *Ancien Régime*, que se preocupou em refrear as reivindicações populares para construir um modelo de organização política que melhor respondesse aos seus anseios de ascensão social. A esta nova elite, que controlava já o capital financeiro e conquistou pela força da Revolução o capital político, submeter-se-ão os poderes dos novos Estados, das recém imaginadas Nações.

O fim do Absolutismo Régio francês levanta, paralelamente, uma nova questão a que era absolutamente necessário responder: como se justifica agora o

² O destaque atribuído a estes princípios não é, obviamente, inocente; adiante far-se-á a devida ligação entre eles e os autores a analisar.

³ Lembre-se o auxílio prussiano ao então ainda rei Luís XVI ou, após a morte deste, a guerra com a Áustria e a Prússia, que fez estender o conflito francês à Grã-Bretanha, às Províncias Unidas e à Espanha.

⁴ De entre as várias Revoluções que terminaram o período colonial das potências europeias destacamos a Revolução Haitiana (entre 1791 e 1804), pelo seu enorme impacto, mas também a libertação do Brasil do Reino de Portugal, proclamada em 1822 mas apenas reconhecida em 1825.



poder? De onde vem o poder da elite burguesa que agora controla a vida política? Quem e como o atribui? Porquê estes e não outros? A “nação” responde, ou tenta.

O princípio da soberania nacional, enquadrando o Povo nesta noção de “nação” (evidentemente não todo o Povo; os antigos senhores feudais e desviantes dos ideais revolucionários estarão à margem) permite à nova elite dirigente justificar o seu poder sobre um elemento coletivo. A “nação” surge-nos, portanto como um Povo que deveria designar os seus representantes, escolhidos por sufrágio e por isso com um poder legítimo⁵. É a legitimação do modo de domínio de um Estado sobre um Povo que lhe vê assim retirada a sua participação ativa na gestão das suas vidas, substituindo-a por uma presumida representatividade. Tal construção está na origem da formação de uma ideia de um país, sempre associada a uma nação, por sua vez associado a um Povo; o “meu” país, e o “teu” país. Nas bases da “nação” está também precisamente o que nos traz ao tema aqui em análise: a Idade Média, ou a sua utilização.

As expressões artísticas deste período isto nos mostram. O Romantismo⁶, mais concretamente na sua expressão literária, surge-nos como uma corrente de grande exaltação nacional, fazendo uso da história medieval para responder aos problemas emergentes da sua contemporaneidade. Este período histórico, tido entre as atuais nações europeias como o berço da nacionalidade, é largamente utilizado para fazer valer esta ideia de país, a ideia de nação que urgia consolidar. Disto são prova as obras de grandes autores literários do século XIX como Victor Hugo, Alexandre Dumas ou Alexandre Herculano, este último para o caso português a que mais tarde voltaremos⁷.

⁵ “O sentido político do termo nação toma a partir daí todo o seu relevo. Circunscreve um povo que é tudo como símbolo e nada na prática, que vê contestarem-lhe a faculdade de usar diretamente a sua soberania e cujo dever consiste em designar mandatários sem mandato imperativo que o representam a seu modo, tendo que respeitar-lhes a autoridade. (...) A doutrina revolucionária da Nação legitima o modo de domínio de um Estado, que pretende assentar numa vontade geral monopolizada da maneira exclusiva por um pessoal político especializado que confisca a soberania dita popular e «substitui a luta dos interesses pelo poder por uma competição de discursos para apropriação da legitimidade» (...) No fundo, importa-lhes edificar um regime do povo sem o povo; isto é, um regime dito nacional para gratificar o povo com o título de cidadão, mas sem que tal gratificação possa produzir consequências políticas directas a curto prazo.” Hermet, Guy (1996), *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*, Lisboa: Editorial Estampa. Coleção Nova História, pp. 94-97.

⁶ Sobre a história do Romantismo veja-se, por todos, Peyre, Henri (1975), *Introdução ao Romantismo*, Mem-Martins: Publicações Europa-América, ou ainda Claudom, Francis (1986), *Enciclopédia do Romantismo*, Lisboa: Verbo.

⁷ Sobre a história da literatura portuguesa veja-se Saraiva, A. J.; Lopes, Óscar (1993), *História da Literatura Portuguesa*, 17ª edição. Porto: Porto Editora.



Todos estes tumultos que varriam o mundo não esqueceram também o povo português e, fortemente marcado pelos resultados da Revolução Francesa, o país do extremo ocidente europeu sentirá também os ventos de mudança que os séculos XVIII e XIX prometiam⁸. Economicamente dependente do comércio ultramarino, Portugal viu-se a braços com sérias dificuldades económico-sociais aquando das invasões napoleónicas na primeira década de oitocentos e consequente ida da Corte portuguesa para a colónia brasileira. Do Rio de Janeiro passará a ser governado o império português, deixando a metrópole sob o controlo político e militar dos oficiais ingleses, importante auxílio no combate às ofensivas francesas, e provocando a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional (1808), que muito interessava às restantes potências económicas europeias, mas também aos recém-criados Estados Unidos da América⁹, e posterior elevação do Brasil a Reino, em 1815.

A passagem dos soldados franceses no território português e a vinda dos exércitos ingleses para o auxílio no combate poderiam bastar para a intrusão dos ideais que varriam a Europa nas mentalidades portuguesas, ou pelo menos da elite que lia e poderia acompanhar o que além-fronteiras se ia desenrolando. No entanto, a este vaivém de gentes de outras paragens acresceu também a ausência da Corte no território português e consequente controlo da gestão da vida pública pelos oficiais ingleses. Controlando a política do país, controlaram também a vida económica, protegendo sempre, claro está, os seus interesses e, por extensão, os interesses britânicos¹⁰. Submetida aos interesses dos novos mandadores, e agora sem o exclusivo comercial com a colónia brasileira (fonte de maiores rendimentos para os comerciantes portugueses) a elite burguesa via minguar os seus recursos económicos e, consequentemente, a sua possível influência política.

Inspirados pela Revolução de Cádiz e a *Constituição de 1812*, na vizinha Espanha, os burgueses ressentidos com o desenvolvimento da vida portuguesa vão-se lançar a um projeto revolucionário que será responsável pelo derrube do regime absolutista português em 1820, aventurando o país por avanços e recuos na luta pela construção de um regime liberal. Entre 1820 e o início da *Regeneração*, na

⁸ O contexto político, económico e social deste período da vida portuguesa poderá ser melhor analisado em obras de carácter geral ou específico, destacando-se aqui o volume IX da obra coletiva “Nova História de Portugal”, sob a coordenação de Oliveira Marques: Marques, Oliveira (coord.) (1998), *Portugal e a instauração do Liberalismo*, vol. IX de *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa: Editora Presença.

⁹ Sobre as relações comerciais entre o Reino de Portugal e os Estados Unidos da América ao longo do período final do século XVIII e inícios do XIX veja-se Ribeiro, Jorge Manuel Martins (1997), *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776–1822)*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹⁰ A assinatura do tratado de comércio entre Portugal e a Grã-Bretanha em 1810 é, provavelmente, prova maior disso.



segunda metade do século, Portugal atravessará um período crítico da sua história, banhado pelo sangue do seu Povo, que mergulhou numa guerra civil que opôs liberais e absolutistas¹¹ de 1832 a 1834.

Entre os projetos políticos do *vinetismo*, do *cartismo*, do *setembrismo* e do *cabralismo* a Revolução de 1820 vai conhecer momentos mais ou menos radicais no que diz respeito à rutura com o passado mais próximo da história portuguesa¹². Destes contornos, surgirá a Monarquia Constitucional sancionada pela *Constituição de 1822*, que conhecerá também as suas limitações. Revolucionado o sistema político era agora emergente o progresso económico, alavanca do progresso social e cultural. O Reino de Portugal encontrava-se desde 1815 sem a sua maior fonte de riquezas, a colónia brasileira, e o agora necessário desenvolvimento industrial do país encontrava-se muito condicionado pelas debilidades económicas portuguesas e a dependência comercial com a Grã-Bretanha.

A par destas dificuldades, emergia a miséria das classes mais baixas da população, profundamente analfabeta¹³ e com crescentes carências económico-financeiras provenientes do fraco desenvolvimento português e impossibilidade de competitividade com as maiores potências europeias, já em processo avançado de industrialização. Junto desta população, correspondente (como sempre ao longo da história) à larga maioria da sociedade, a miséria dará a mão a ideais de esperança num futuro mais livre, igual e fraterno. Um futuro não idealizado pelos miseráveis, claro está, mas que da força deles dependia para a sua materialização. O Socialismo entra em Portugal.

A AFIRMAÇÃO DOS IDEAIS SOCIALISTAS NA EUROPA E EM PORTUGAL

Que terá agora que ver o Socialismo com o projeto liberal na historiografia portuguesa? Até aqui observamos sem demasiado detalhe os contornos da vida política portuguesa na primeira metade do século XIX, na qual inseriremos

¹¹ A utilização destes termos serve apenas como simplificação do discurso, evitando perder-se o sentido deste texto com a explanação detalhada de cada uma das facções que se opunham. Por isso, utilizamos “liberais” para definir todos quantos se alinharam ao lado de D. Pedro IV e sua filha D. Maria II, e “absolutistas” os partidários de D. Miguel.

¹² Sobre o liberalismo em Portugal vejam-se, por todos, SÁ, Victor de (1987), *Instauração do Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte; Moreira, José Manuel (2008), “Pensamento liberal em Portugal”, *Cultura*, Vol. 25, pp. 177-197; Torgal, Luís Reis; Roque, João Lourenço (coord.) (1997), *O Liberalismo*, Vol. V de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.

¹³ Estima-se que até ao final da monarquia portuguesa em 1910 ainda persistissem cerca de 75% de analfabetos. Sobre a alfabetização em Portugal veja-se Silva, Francisco Ribeiro da (1993), “História da Alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados”. In *A História da Educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades: 1º Encontro Ibérico de História da Educação*, pp. 101-121.



Alexandre Herculano, para agora entendermos os rumos do país na segunda metade deste século, onde os restantes autores se incluirão. Nesta metade final de oitocentos assistimos ao desenvolvimento das ideologias socialistas na elite intelectual portuguesa, nomeadamente em figuras de grande destaque e importância para o trabalho a que nos propusemos: Antero de Quental e Oliveira Martins. Por esse motivo não poderemos esquecer o impacto que esta corrente ideológica teve na Europa e em Portugal e de que forma marcou o pensamento filosófico português deste período específico. Atentemos aos contextos para, finalmente, analisarmos o projeto liberal na historiografia portuguesa.

O avanço do processo de industrialização do mundo ocidental, europeu e norte-americano, mais especificamente, transformou a sua sociedade¹⁴. Concentrada cada vez mais em extensas áreas urbanas, onde se aglomeravam bairros de operários junto das grandes fábricas que moviam os motores das economias nacionais, a classe trabalhadora vai-se deparar com novas adversidades decorrentes da crescente degradação das suas condições de vida e de trabalho. Tal circunstância não poderia deixar de fazer desenvolver desejos de mudança junto destas camadas sociais. A sua precariedade, auxiliada pela aglomeração nos bairros industriais, proporcionará um campo fértil para a propagação de novas ideias que procuravam responder às necessidades dos trabalhadores: os socialismos.

No berço da Revolução Industrial, a Inglaterra, encontraremos um primeiro desenvolvimento destas ideologias de tendência socialista, materializado na organização de trabalhadores através da fundação da *Working Men's Association* e de várias *Trade-Unions* (algo semelhante a um sindicato de trabalhadores) em setores de atividade específicos: mecânicos em 1851 e carpinteiros em 1860. A luta social desta classe deu-lhe o desejado direito ao voto através da *Lei de Voto de 1867*, passando os trabalhadores a representar um elemento de peso considerável no jogo da democracia burguesa, já que embora não tivessem uma voz forte individualmente, representavam uma larga quantidade de indivíduos, podendo fazer mudar os rumos da vida política através do seu voto neste ou aquele partido. Precisamente por este motivo, as preocupações da classe trabalhadora vão invadir as discussões da elite burguesa, que procurava manter o seu estatuto político e social.

Paralelamente, várias foram as experiências revoltosas e/ou revolucionárias pela Europa e pelo Mundo que vão marcar o pensamento da época. A Revolução Francesa de 1848 mostrou uma classe operária cada vez mais reivindicativa, afir-

¹⁴ Sobre a história da Europa e do mundo após a Revolução Industrial inglesa vejam-se, por todos: Visentini, Paulo Fagundes; Pereira, Analúcia Danilevicz (2012), *História mundial contemporânea (1776–1991). Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Dreyfus, François *et al* (1996), *História Geral da Europa, vol. III. De 1789 aos nossos dias*. Mem Martins: Publicações Europa-América; Dreyfus, François (1981), *O Tempo das Revoluções (1787–1870)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.



mando o seu direito ao trabalho, mesmo contra os movimentos reacionários que pretendiam controlar os movimentos revolucionários¹⁵. Nas décadas que se seguiram o socialismo afirma a sua vertente internacionalista, marcado também pela formação dos primeiros partidos socialistas operários (o primeiro na Alemanha em 1863 – Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, em alemão *Allgemeiner Deutscher Arbeiter-Verein*). A organização da I Internacional em 1864 significou um triunfo da doutrina marxista e provocou a formação de novas organizações socialistas operárias um pouco por toda a Europa.

A Portugal, o socialismo enquanto corrente ideológica ganha uma forte adesão sobretudo após a experiência da Comuna de Paris de 1871, não sendo possível esquecer também a fundação de secções da Internacional em Barcelona e Madrid, o refúgio de vários pensadores socialistas em Portugal fruto da perseguição que sofriam no resto do continente, e também o período de cisão entre as correntes ideológicas de Marx e Bakunin, mais ligado a um socialismo libertário, o anarquismo. O movimento operário espanhol será mais fortemente marcado pela doutrina do segundo autor, o que fará também com que as elites intelectuais portuguesas também o sejam. É notória a influência de autores mais próximos de um projeto libertário como Bakunin ou Proudhon nos principais autores e divulgadores do pensamento socialista em Portugal.

Por sua vez, a experiência de democracia popular da Comuna de Paris, a primeira de toda a História, deu também lugar a importantes conquistas para a classe trabalhadora e mostrou, em diversas medidas, a efetiva possibilidade da construção de uma perspetiva de futuro diferente. Contudo, a derrota da Comuna e (mesmo derrotada) celebração das suas conquistas materiais, levaria a um período de perseguição de revolucionários por toda a Europa, receosa dos eventuais significados da propagação desta ideologia.

Portugal, à entrada para a segunda metade do século XIX era ainda um país fracamente industrializado, com apenas alguns tímidos centros urbanos de relevo (na escala nacional) e, por isso, a difusão desta corrente ideológica mostrou-se mais trabalhosa. Influenciados pela *La Gloriosa* de 1868, que destronou a rainha Isabel II de Espanha e pela Comuna de Paris, um conjunto de notáveis intelectuais vão ser responsáveis pela construção doutrinária de um socialismo português, destacando-se o papel de Oliveira Martins enquanto principal doutrinador¹⁶ e o de Antero de Quental como divulgador¹⁷.

¹⁵ Lembre-se a afirmação do governo ditatorial de Cavaignac para controlar a *Insurreição de Junho*.

¹⁶ Sobre Oliveira Martins e a introdução do pensamento socialista em Portugal, veja-se Pires, Lídia Cardoso (1997), *A construção da memória: sobre a História e as histórias com Oliveira Martins*, Porto, Dissertação de mestrado em Filosofia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/>.

¹⁷ São diversos os estudos sobre Antero de Quental e o seu envolvimento com a conjuntura que o envolveu. Aqui destacamos Sousa, José Tomás de (1942), *O Socialismo e Antero de Quental*,



Em associação com outros importantes autores da época, naquela que hoje chamamos de *Geração de 70*, envolveram-se com o mundo em seu redor e preocuparam-se ativamente com os desenvolvimentos económicos, políticos, sociais e sobretudo culturais de Portugal, desenvolvendo diversas iniciativas de carácter panfletário, científico e também de debate, como foi o caso das *Conferências Democráticas do Casino Lisbonense*, organizadas há precisamente 150 anos (1871) e nunca finalizadas por decisão das instituições governamentais.

Os ideais socialistas não ganham, contudo, uma forte base popular em Portugal. Porquê, poderemos perguntar. Por não ser um país muito industrializado? Pelos níveis demasiado elevados de analfabetismo? Por ser um debate muitas vezes encerrado numa elite intelectual? Talvez por todos estes motivos, estamos em crer. O operariado português acabará, no final do século por ser mobilizado eficazmente pelas forças republicanas, que irão derrubar com sucesso a monarquia em 1910, não fazendo seguir, contudo, um período de progresso rumo a uma sociedade socialista.

Analisados os contextos históricos materiais dos nossos autores, chega agora o momento de entendermos então que projeto liberal é este que tão cedo anunciamos, ou melhor: um só projeto? Qual? E, mais importante: como?

OS IDEAIS LIBERAIS NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA

Não podemos entender, claro está, que todos os autores que aqui pretendemos analisar defendiam uma visão semelhante do mundo. Viveram em contextos diferenciados, com problemas materiais também eles distintos, e procuravam, por isso, dar respostas diferentes às circunstâncias adversas que a vida lhes atravessou. Com “projeto liberal” não pretendemos, portanto, concluir que existe uma linha ideológica clara partilhada por todos estes autores e dogmaticamente defendida e promovida nas suas obras historiográficas. Paralelamente, também não pretendemos desmerecer os importantes legados que todos os autores deixaram ao estudo da história portuguesa, mas antes defender que um ser humano o é no seu tempo e não se pode dele dissociar. Quer isto dizer que estes autores viram o mundo e a história pelas lentes da sua sociedade, das condicionantes que os envolviam, como vemos hoje nós, historiadores ou outros quaisquer cientistas, o mundo e a história pelas lentes do nosso tempo; não é a negação da ciência ou do método científico, mas antes a compreensão dos limites intelectuais do humano enquanto espécie, enquanto agente do seu mundo e do seu tempo.

É vasto o leque de autores que nos propusemos analisar, pelo que não será profundo o detalhe na análise de todos os aspetos de cada um deles, mas antes um

Lisboa: Livraria Clássica Editora. Para esta obra remetemos também o leitor para os temas em torno da afirmação dos ideais socialistas na Europa e em Portugal.



panorama geral daquela que é a ideia orientadora deste estudo. Percorrendo todo o século XIX e abordando também alguns aspetos do XX, procuraremos agora entender de que forma é possível encontrar os projetos ideológicos de cada um dos historiadores definidos nas suas diversas obras.

É conhecido o envolvimento político de Alexandre Herculano, principal figura da historiografia portuguesa do século XIX. São vários e muito diversificados os estudos em torno desta figura e as conclusões tendem a comprovar a premissa de que parte esta abordagem.

Historiador e autor de diversas obras de cariz literário, Herculano surge-nos como a primeira principal figura na condenação aos poderes absolutos do rei e defesa de uma divisão tripartida dos mesmos. A preocupação com a legitimação de um novo governo liberal nestas suas obras (historiográficas ou literárias) é notória, sendo possível identificar a condenação da tirania para com as camadas mais baixas da sociedade e a valorização das camadas populares na Revolução de 1383–85, bem como um intenso louvor ao liberalismo e a visão do município enquanto melhor representação deste sistema.

Prova tais conclusões o seu *Monge de Cister*, apenas para referir um exemplo mais claro. Mas, se esta utilização de uma obra literária para provar um projeto ideológico na historiografia parece ao leitor controversa, não esqueceremos também a *História de Portugal* organizada em 4 volumes que narra as vicissitudes do reino português desde o período do Condado Portucalense até ao reinado de Afonso III (provavelmente por ser o período que Herculano melhor conhecia; lembre-se o papel deste autor na transcrição e publicação de diversa documentação medieval, maioritariamente relativa a este período cronológico abrangido pela sua *História de Portugal*). Nesta magistral obra historiográfica é clara a simpatia do autor pelo modo de organização política e social do reino medieval português em concelhos, aos quais dedica inteiramente o último volume, lançando um importantíssimo campo de investigação que marcou, marca e estamos certos de que marcará por muito tempo a historiografia portuguesa.

A visão do município enquanto garante de liberdades individuais e coletivas atravessa todos os autores que aqui analisamos, de forma mais ou menos vincada. Para Herculano, “a aliança do rei com os concelhos era antiga: começara no berço da monarchia. O povo interessava em que o poder desta vigorasse dilatando-se, porque era esse o meio de se libertar das tyrannias locais: o rei interessava em que os concelhos fossem poderosos e livres, porque eram a alavanca mais bem temperada para aluir a independencia da aristocracia e fazê-la cahir despedaçada em volta do seu throno”¹⁸. Esta forma de organização era, no fundo, uma primitiva representação do sistema liberal que Herculano pretendia ver no país,

¹⁸ Herculano, Alexandre (1975), *O Monge de Cister ou a época de D. João I*. Lisboa: Livraria Bertrand, 23ª ed. Tomo II, pp. 78–79.



libertando-se do absolutismo régio, “a tyrannia de um só (...) implacável contra aquelle que dissesse «o pensamento e a língua do homem são livres», e que se atrevesse a suspeitar que a realza fosse uma delegação humana e não um symbolo da omnipotência de Deus (*ibid.*, p. 80). Por contraste, “a aliança tríplice da unidade monarchica, da sciencia e do principio de associação, cuja forma mais bella, mais enérgica, mais vivaz tem sido e será sempre o município, era uma coalisão que se tornava em toda a Europa mais ameaçadora para a casta privilegiada (durante o período final do século XIV)” (*ibid.*).

Este louvor a uma maior distribuição dos poderes por vários agentes é marca indelével nos vários autores que aqui nos propusemos analisar, ganhando o município em todos eles um papel de relevo. Na obra do historiador-filósofo Antero de Quental é notável a condenação do centralismo régio que marcou a história portuguesa entre os finais da Idade Média (principalmente na fase final do século XV) e o período imediatamente anterior ao das vidas destes autores (século XVIII e inícios de XIX). Para Antero, “Portugueses e Espanhóis (iam) de século para século mingando em extensão e importância, até não sermos mais que duas sombras, duas nações espectros, no meio dos povos que nos rodeiam!... E que tristíssimo quadro o da nossa política interior! As liberdades municipais, à iniciativa local das comunas, aos forais, que davam a cada população uma fisionomia e vida próprias, sucede a centralização, uniforme e esterilizadora. A realza deixa então de encontrar uma resistência e uma força exterior que a equilibre, e transforma-se no puro absolutismo.”¹⁹

Ao longo do texto de onde o excerto anterior foi retirado, o autor apresenta-nos as razões para a situação de Portugal e Espanha no final do século XIX, sendo clara a condenação do absolutismo e de tudo o que tal significou para os países ibéricos: a perda das autonomias locais, a estagnação cultural, política e económica e a “colonização” britânica de Portugal, que em tudo dependia desta potência europeia. Este momento de decadência dos povos peninsulares contrastava, segundo o autor, com o período medieval, com a complexidade de instituições de organização local, com um clima de “tolerância religiosa”²⁰, com

¹⁹ Quental, Antero de (2010), *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Padrões Culturais Editora, 2ª ed., p. 15.

²⁰ “Esse génio criador via-se no aparecimento de rituais indígenas, numa singular liberdade de pensamento e interpretação, e em mil originalidades de disciplina. Era o sentimento cristão, na sua expressão viva e humana, não formal e ininteligente: a caridade e a tolerância tinham um lugar mais alto do que a teologia dogmática. (...) A caridade triunfava das repugnâncias e preconceitos de raça e de crença”, Quental, Antero de (2010), *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*, cit., p. 11. A tolerância religiosa era um importante valor da filosofia liberal e que em Antero de Quental percebemos a tentativa de buscar raízes históricas



uma forma muito própria de viver a religião cristã (caraterística, aliás, de vários autores deste tempo e posteriores também; numa ideia de que, como diz Antero, os peninsulares “fazem a religião, não a aceitam feita”²¹), um período de cultura e de avanço técnico e tecnológico a que os povos peninsulares foram capazes de dar início. A tal período corresponderam naturalmente figuras de maior relevo para Antero de Quental, mas também para os autores seus contemporâneos. Este é o caso de figuras particulares como D. João I e a *Ínclita Geração* pela imagem de progresso cultural que significam até aos dias de hoje na história portuguesa, e D. João II e o Marquês de Pombal pelo projeto político que pensaram e aplicaram ao país, significando uma enorme perda de influência de várias famílias da alta nobreza do reino.

Sobre os primeiros, não apenas Antero de Quental se dedica a analisar, mas fá-lo também (e da forma mais completa de todos os autores aqui em análise) Oliveira Martins, que dedica aos filhos de D. João I uma obra exclusiva. Nos textos deste autor é absolutamente clara a utilização cuidada e muito moldada de figuras-chave para fazer valer um projeto ideológico que Oliveira Martins preconizava²². A figura de D. João I, da rainha D. Filipa de Lencastre e de toda a sua prole serão exemplos maiores de uma ideia de enorme progresso que os autores exaltaram como forma de evidenciar o que identificavam como um período de decadência do país, o período do Absolutismo Régio²³.

Este reinado, iniciado não apenas pela hereditariedade sanguínea do novo monarca, mas antes pela “escolha popular”, marcou o início da expansão colonial portuguesa, que apenas foi possível pelos progressos técnicos e tecnológicos

que nos levassem a crer que tal tolerância era uma prática entre os povos peninsulares há largos séculos; tal discussão necessitaria de um novo artigo que apenas se ocupasse do tema, mas convém frisar que esta consideração não é perfeitamente factual.

²¹ Quental, Antero de (2010), *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*, cit., p. 10.

²² Sobre o autor, reportamos o leitor para um outro estudo da nossa autoria, que se preocupou em analisar a abordagem de Oliveira Martins e Luís Rebelo da Silva à figura de D. João II: Ribeiro, Marco Alexandre (2020), *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. pp. 153-172.

²³ “À medida que os filhos foram crescendo, D. João I associou-os ao governo. Formavam o seu Conselho de Estado. Assembleia única era a desses quatro homens ligados pelos vínculos do sangue, unidos pela mesma fé e por um amor igual, presidindo ao governo de um povo que os abraçava a todos numa adoração comum! (...) Ao lado do rei, os infantes, cumprindo-lhes rapidamente as decisões, suprimindo de caso pensado os detalhes irritantes ou enfadonhos dos negócios, usavam com seu pai de todas as artes legítimas para lhe evitar o cansaço e para lhe ressaltar a suscetibilidade que aos velhos cresce com os anos.” Martins, Oliveira (1958), *Os filhos de D. João I*. Lisboa: Guimarães Editores, vol. I, p. 27.



alcançados, um período de destaque político português no cenário europeu e de resultados económico-financeiros relevantes para o reino (ainda que se deva referir que a expansão colonial não representou apenas receitas). É notório o papel distinto que os autores atribuem ao início da segunda dinastia portuguesa, compreendendo que esta saiu de um contexto revolucionário²⁴ em que o rei emerge da vontade popular; é frequente a imagem de que o Mestre de Avis “é elevado” ao trono, como nos evidencia a obra de Jaime Cortesão, *Os Factores Democráticos na formação de Portugal*²⁵.

Tal foi a marca que deixou a leitura deste período por estes autores que ainda hoje influencia a forma como olhamos o passado histórico de Portugal e, particularmente, o passado colonial (não apenas pela leitura destes autores, claro está, mas cremos não existirem dúvidas que tal leitura também influencia).

Do lado oposto ao “brilho” desta geração de governantes, tinham forçosamente que se encontrar outras personagens históricas capazes de servir como um modelo contrário. Em Oliveira Martins, encontramos a figura de D. Afonso V (1432-1481), que nos é repetidamente apresentado de forma pouco laudatória, por vezes até ridicularizando a figura do rei²⁶. Face a isto poderemos questionar porquê Afonso V ao invés de um outro qualquer rei?

Este reinado finimediaval é marcado pela expansão portuguesa em diversas praças do Norte africano com a força conjunta do rei e da nobreza portuguesa, à qual foi pago o auxílio na forma de títulos e terras que em muito a engrandeceu e enriqueceu. Foi, portanto, um período de fortalecimento do poder aristocrático, que inevitavelmente teria de estar a ocupar o poder que outrora foi de alguém diferente: o rei e o poder local. Era, por isso, Afonso V um exemplar perfeito dos motivos que deram início a um período de ruína do povo português.

Por sua vez, o filho deste, D. João II (1455-1495), é por vários destes autores apresentado como um exemplar perfeito do modelo de príncipe que eles idealiza-

²⁴ Que, segundo Joel Serrão se dividiu em duas fases distintas: “há nela não uma, mas duas revoluções: a de 1383, feita, sobretudo, pelo «povo miúdo», de nítido carácter de *protesto* contra as suas condições de vida de então, e a de 1385 em que o burguês suplantou e dominou o «ventre ao sol», a qual poderíamos denominar de «revolução-organização» Serrão, Joel (1978), *O Carácter Social da Revolução de 1383*. Lisboa: Livros Horizonte, 3ª ed., p. 48.

²⁵ Cortesão, Jaime (1984), *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 4ª ed.

²⁶ “O regente e o seu partido viam aproximar-se Janeiro de 1446, em que Afonso V completava catorze aos, idade para reinar. Consideravam, como era facto e o tempo mostrou depois, que ao carácter do soberano faltava energia, apesar da violência tumultuosa demonstrada já nos seus verdes anos; que tinha a inteligência curta; e que a fidalguia esperava com ânsia o momento do rapaz ser rei, para se lançarem como falcões sobre o Reino”, Martins, Oliveira (1958), *Os filhos de D. João I*, Lisboa: Guimarães Editores, vol. II, p. 85.



vam: implacável com os poderosos e benevolente com os mais frágeis (ou assim os autores nos fazem crer). Um monarca capaz de “cerrar violentamente o parêntesis aberto na história nacional (com Afonso V). Com o cutelo e com o punhal vingou a memória do avô (o infante D. Pedro), esmagando as resistências anárquicas da nobreza. Com o saber e com a audácia prosseguiu as navegações, que nos deram afinal a descoberta do caminho da Índia, completando a obra iniciada por D. Henrique. E esse rei, a quem em Castela chamavam por autonomásia o *Homem*, era o que, personalizando a ideia pura do principado monárquico, tomava para si, como empresa, o pelicano amamentando os filhos, e como moto as palavras: «Pela Lei e pela Grei», pelo povo e pela Justiça.” (*ibid.*, p. 137). Ao reinado de João II segue-se a ruína, a decadência, a centralização e o Absolutismo que mergulham Portugal num percurso pouco esperançoso para a ideia de Liberdade e libertação que estes autores queriam ver no seu mundo.

Do país que outrora havia feito uma Revolução política e social capaz de modificar estruturalmente as bases do modelo de organização de vida do reino português de então (1383-1385) surgiu um reino sem rumo e sem capacidade de verdadeira autodeterminação, gravitando entre a influência espanhola e britânica ao longo dos séculos do Absolutismo.

O QUE FICA FEITO? O QUE HÁ POR FAZER?

Impossibilitados de sair do seu tempo, o humano é indissociável do seu meio, das suas bases materiais, das suas condicionantes. Assim o eram estes historiadores-filósofos que pensaram o país, o seu passado e presente, e projetaram um futuro. Um futuro onde a cultura ocuparia um lugar absolutamente central enquanto promotora de um verdadeiro desenvolvimento do país e do seu Povo. Para tal, era necessário quebrar com as correntes que o passado (para eles) mais recente tinha amarrado o país, distribuir o poder, educar as massas e caminhar num sentido de libertação popular.

Este caminho não se faria sem História ou sem a compreensão do passado coletivo daquilo a que vulgarmente chamaram e ainda hoje chamamos de *portugueses*. Suportando-se no passado, com um especial enfoque no período medieval, estes autores pretendiam concretizar as suas ideias de futuro, provocando em Portugal uma verdadeira revolução cultural que despoletaria uma reorganização profunda do modelo de organização política, económica e social.

Contudo, num país maioritariamente analfabeto seria de esperar que esta produção intelectual não pudesse ter uma circulação muito para além da elite que tinha os meios suficientes para a sua instrução e ocupação do tempo com o amor pela sabedoria: a Filosofia. Os seus projetos tiveram e têm ainda hoje um impacto bastante significativo, mas a uma escala humana incapaz de concretizar



materialmente a visão de futuro que estes autores tinham para o país e o seu Povo. Foram, em certa medida, *vencidos da vida* (ou pela vida), mas nunca vencidos da liberdade de e para pensar.

É por isto fundamental compreender estes contornos que moldaram o pensamento dos vários historiadores que foram marcando a historiografia portuguesa ao longo dos últimos séculos, procurando desvendar que projetos ideológicos poderemos neles encontrar. Com que objetivos escreviam eles a História portuguesa? O que e quando a escreviam? Porquê e para quem? Respondendo a estas questões poderemos pensar a história da escrita da História e compreender os percursos do pensamento filosófico português na época em questão.

